



CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 24 21.06.2005

Carta ao Povo Brasileiro

Contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção:

Por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas!

A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

Com a força desta história recente, mas vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações não governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocamos toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição do Lula reacendeu as esperanças na América Latina, e influiu de forma positiva em alguns conflitos políticos na região.

De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional.

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos à público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos.

Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país.

Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, de transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social.

Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base à transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm.

Por isso, vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas:



- 1- Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis
- 2- Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal.
- 3- Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.
- 4- Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.
- 5- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.
- 6- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.
- 7- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa.

Brasília, 21 de junho de 2005.

Atenciosamente

Seguem-se entidades e movimentos da sociedade e da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)

CUT - Central Única dos Trabalhadores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CMP - Coordenação dos Movimentos Populares

UNE - União Nacional de Estudantes

ABI - Associação Brasileira de Imprensa e muitas outras assinaturas...

Reportagem, Brasil de Fato e Carta Capital

... úteis, necessárias, indispensáveis!

A mídia é, hoje, o grande instrumento para a disputa de hegemonia. Não era assim 200 anos atrás. Nem há cem anos. Há dois tipos de mídia. Há mídia e mídia. Há a revista Veja, a Folha de S. Paulo, as Organizações Globo, O Estado de S. Paulo e outros veículos menores de comunicação. Todos estes são bem estruturados economicamente e, sobretudo, ideologicamente. Todos servem perfeitamente bem para manter a situação atual. Um Brasil que está em 129º lugar sobre 130 países analisados pela ONU em pior distribuição de renda. Brasil, país onde continua alegremente a divisão vergonhosa entre Casa Grande e Senzala disfarçada de várias maneiras.

Mas não existe só este tipo de mídia. Há três órgãos, bem diferentes um do outro, mas que têm em comum o fato de não noticiar fatos e seus desdobramentos apenas do ponto de vista da Casa Grande.

Com composição política bem diferente uma da outra, temos, no País, três publicações que não podem deixar de ser lidas por aqueles que querem que o Brasil deixe de ocupar o penúltimo lugar no mundo em justiça social. São elas: Reportagem, revista mensal, corajosa e teimosa na defesa do Brasil, dos trabalhadores e do fim da Senzala. Brasil de Fato, um jornal (quase revista) semanal. Com dois cadernos (Brasil e mundo), informa sobre as lutas do povo, da cidade e do campo por sua libertação. Não pode faltar na mão de cada militante que quer manter acesa a chama da esperança da possibilidade de outro mundo. Por fim a revista Carta Capital, uma revista semanal de ampla informação, séria, riquíssima em dados e fatos. Um instrumento mais do que útil, necessário para quem quer discutir para onde vai nosso país. (Por Claudia Santiago) (Núcleo Piratininga de Comunicação , <http://www.piratininga.org.br>)

Um dilúvio de denúncias sem provas

Luís Brasilino, da Redação

Mesmo sem apresentar uma única prova, o deputado federal carioca Roberto Jefferson, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e histórico aliado de Fernando Collor, fez denúncias que desestabilizaram o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele acusa Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), de pagar uma mesada de R\$ 30 mil para deputados votarem com a situação. Mas Jefferson nega ter provas, pois condena a gravação escondida de conversas.



"O governo está num beco sem saída", avalia Francisco de Oliveira, professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e um dos fundadores do PT. Ele aponta como uma das razões do imbróglgio atual o fato de a política ter sido colonizada pela economia. Um exemplo é o fato de o senador Tião Viana (PT-AC), pedir a renúncia de todos os petistas dos cargos que ocupam no governo, exceto Antonio Palocci, ministro da Fazenda. Com isso, antes de os ataques representarem um ataque da direita, para o professor da USP, a situação na qual o PT se encontra é consequência das alianças que fez. "A direita está dentro do governo", diz Oliveira, acrescentando que este é um governo que "vive de crise em crise".

E A BASE?

De acordo com o filósofo Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas, a fragilidade da gestão petista começou no início do mandato. Sem maioria no Parlamento, quadros para suprir todas as necessidades e numa conjuntura econômica conturbada, o governo teve de ceder. "Pouco a pouco, no entanto, a cúpula do PT assumiu uma postura de administrar o governo sem contar com a base do partido", analisa. Isolar-se, diz, foi um erro fundamental da direção, especialmente num partido sustentado, inclusive financeiramente, pelo militante.

"Eles acusam a Previdência de ser antieconômica, tiram direitos dos servidores e usam o dinheiro para fazer superavit e pagar dívidas com banqueiros. Assim, desarma-se a base para defender a cúpula. É o que se está vendo hoje: José Genoíno (presidente do PT) e Aloízio Mercadante (senador PT-SP) saindo em defesa do governo. Mas onde está a base?", raciocina Romano.

Na avaliação de Romano, o autoritarismo e a ausência das bases facilitaram o surgimento das denúncias de corrupção contra o governo. Com isso, o PT e o presidente Lula foram incapazes de realizar a gigantesca tarefa de alterar, ou atenuar, a estrutura historicamente corrupta do Estado brasileiro, mesmo mostrando número dignos de orgulho. Afinal, entre 2003 e 2004, a Polícia Federal realizou 45 operações de combate à corrupção nas quais 819 políticos, juízes, empresários, policiais federais e rodoviários e servidores públicos foram presos.

VALA COMUM

As denúncias de Jefferson causaram furor na imprensa e na sociedade brasileira. A fumaça é tanta e tão bem orquestrada que dá impressão de que não há diferença entre o PT e os outros partidos. O imenso patrimônio construído pelo hoje partido governista vai se perdendo, reforçando a opinião de que política não presta. "É uma atitude preconceituosa, que veio dos positivistas no século 19. Eles eram inimigos da democracia e a favor da ditadura dos intelectuais", conta Romano.

Segundo Chico de Oliveira, todos perdem com essa situação: "Nós, que elegemos o Lula, a república... Nem a oposição ganha com isso. Em longo prazo, a possibilidade de transformar a sociedade se enfraquece porque o único jeito de fazer isso é por meio da política".

Oliveira salienta também que, embora banalize a política, a situação não ameaça as instituições no sentido de uma ruptura. "Gostaria que se refletisse numa revolta popular, mas isso não acontece. Tudo se resume numa apatia, numa violência privada", lamenta. (*Brasil de Fato*, 20.06.2005)

O Brasil está mais forte

A crise política ocorre num momento em que o país, graças aos avanços dos últimos anos, apresenta bons indicadores econômicos

A inflação está controlada

	(em %)
1995	22
1996	5
1997	2
1998	9
1999	6
2000	6
2001	8
2002	12
2003	9
2004	8

o governo tem superávit nas contas públicas

	(em % do PIB)
1997	-1
1998	0
1999	3,2
2000	3,5
2001	3,6
2002	3,9
2003	4,3
2004	4,6

e o país apresenta saldo positivo nas contas externas

(em bilhões de dólares)

1997	-30
1998	-33
1999	-25
2000	-24
2001	-23
2002	-8
2003	4
2004	12

Com reportagem de Cláudio Gradilone e Marcelo Onaga (Exame, 18.06.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>